

Presidente

Secretário

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2012, NA SALA DE REUNIÕES DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto e Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Justificadas a ausências da senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte e do senhor Vereador António Pinto Carreira por estarem em Bruxelas, em representação do Município de Lamego, através do Centro De Informação Europe Direct.

SECRETARIOU

Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 12 horas e deu de imediato início ao período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: PROPOSTA DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL), DE ACORDO COM A LEI N.º 43/2012, DE 28 DE AGOSTO E A PORTARIA N.º 281-A/2012, DE 14 DE SETEMBRO E CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO **(COD 27)**

Proveniente do senhor Presidente da Câmara, presente à reunião a proposta de deliberação n.º 493/27/12, datada de 19 de setembro, do seguinte teor:
“Considerando a atual conjuntura económica do Município de Lamego e reconhecendo a importância dos desafios e obrigações com que diariamente se

Presidente

Secretário

confronta, existe inequivocamente a extrema necessidade de reequilibrar as finanças municipais através da adesão do Município de Lamego ao programa de apoio à economia local (PAEL), que facilitará a regularização do pagamento de dívidas do município vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012 - Programa II, aprovada pela portaria n.º 281- A/2012, de 14 de setembro que procede à regulamentação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que aprova o PAEL e ainda à contratação do empréstimo de saneamento financeiro, que tenha como objetivo reprogramar a dívida remanescente e consolidar todos os seus passivos financeiros, resultando desta operação a diminuição do endividamento líquido do Município, e do endividamento a curto prazo, bem como a menor exposição a riscos excessivos, a par de uma gestão rigorosa da despesa sem condicionar o bom funcionamento dos serviços do Município e ao mesmo tempo não colocar em causa os princípios de confiança e boa-fé, que queremos manter com os nossos parceiros comerciais.

O governo, à semelhança do PAEF, criou o PAEL, o qual visa cumprir objetivos de equilíbrio das finanças públicas, ao nível municipal, e revitalizar as economias locais e, desse modo, lançar as bases para uma recuperação financeira sustentada, perante às dificuldades de acesso ao crédito que atualmente se verifica.

Considerando a informação n.ºs 412/DFP, de 19 de setembro de 2012 do chefe de divisão de finanças e património acompanhada da respetiva revisão do estudo da situação financeira do Município, plano de saneamento financeiro/ incluindo adesão ao PAEL, realizado por consultores externos.

Considerando que nos termos do artigo n.º 6, Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro de 2012, se prevê um rateio no programa II, caso a verba seja insuficiente para financiar todos os municípios aderentes, e que o rateio é efetuado proporcionalmente aos pagamentos em atraso do município a 31 de março de 2012, registados na DGAL

Considerando que é forçoso que se dê início, de imediato, ao procedimento tendente a obter as condições ao programa II do PAEL, cujo prazo de adesão iniciou no dia 14 de setembro do ano corrente, tendo o município 20 dias para apresentar o pedido à comissão designada;

Presidente

Secretário

Foi proposto à Ex.ma Câmara Municipal, a apreciação e aprovação, nos termos da alínea d), do n.º 2 do artigo 53º, da lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, segunda a qual compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara; nos termos do artigo 38, da Lei n.º 2/2007, de 15 de agosto, que aprova a lei das finanças locais, revogando a lei n.º 42/98, de 6 de Agosto; e cumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente, designadamente o n.º 2, do artigo 40º, da lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de Janeiro) e o artigo 4º do Decreto-Lei 38/2008, de 7 de março, dos seguintes pontos:

a) - A adesão do Município de Lamego ao PAEL, que facilitará a regularização do pagamento de dívidas do município vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de março de 2012 - programa II., aprovada pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro que procede à regulamentação da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, que aprova o PAEL, no intuito de recorrer ao financiamento de médio e longo prazo, destinado ao pagamento de dívidas de curto prazo a fornecedores até ao limite máximo dos pagamentos em atraso constantes da lista dos pagamentos que integra o referido plano, sendo o montante elegível de €12.304.305 (doze milhões e trezentos e quatro mil e trezentos e cinco euros), dando cumprimento ao disposto no n.º 6, do artigo 38º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, conjugado com o preceituado no n.º 7, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

b) - Que seja apreciado e aprovado, respetivamente, pela Câmara e Assembleia Municipal, a revisão do plano de saneamento financeiro, apresentado nos modelos aprovados para o PAEL, com indicação expressa das dívidas que vão ser financiadas pelo empréstimo ao abrigo do PAEL e das que vão ser pagas pelo empréstimo no âmbito do saneamento financeiro, que facilitará a regularização do pagamento de dívidas do município vencidas há mais de 30 dias à data de 11 de setembro de 2012 e não abrangidas no PAEL, até ao limite e nas condições apresentadas na proposta da instituição de crédito, Caixa Geral de Depósitos, deliberado pela Assembleia Municipal em 27 de fevereiro de 2012, nos termos do artigo 38º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro e dando cumprimento ao artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março;"

Presidente

Secretário

Mais propõe que, após apreciação e aprovação pela Câmara Municipal, deverá este assunto ser submetido à deliberação do órgão deliberativo para apreciação e aprovação dos pontos acima propostos.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, aprovar a referida proposta, tendo sido proferidas as seguintes declarações de voto: O senhor Vereador **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** disse o seguinte: *“Confrontados que estamos com o presente Plano de Saneamento Financeiro das contas municipais, o Partido Socialista não pode deixar de lavrar a sua posição política sobre este documento e proposta, bem como proceder a uma análise, ainda que muito sumária, ao seu conteúdo, dada a escassez de tempo disponível para uma análise mais aprofundada.*

E aqui começa a nossa primeira crítica, direcionada ao modo como esta coligação funciona – apresenta documentos fundamentais e estratégicos à consideração pública com curtíssimos prazos para os podermos analisar, certamente com a intenção de assim aligeirar discussões que se impõem, dada a magnitude das consequências que os mesmos produzem sobre todos os lamecenses.

Quanto ao Plano agora em análise cumpre-nos referir o seguinte:

1º - Este Plano nada mais é que o reconhecimento concreto e objetivo, por parte da coligação PSD/CDS-PP, de que o PS sempre teve razão quando criticava duramente as opções políticas e de gestão produzidas pela coligação.

Sempre manifestamos a nossa maior preocupação pelo rumo irresponsável e despesista que se tomou, tanto no que respeita às prioridades de muitos dos investimentos feitos, como no que respeita à importância intrínseca de alguns deles. Não vale a pena repetir aqui o que sempre dissemos, mas hoje assume particular relevância sublinhar que a necessidade de nos submetermos a um processo de saneamento financeiro resulta, por inteiro, da má gestão desta coligação e nada mais;

2º É que não vale a pena tentar tapar o sol com a peneira, referindo na Introdução deste documento que as dificuldades que o Município agora atravessa se devem à tão famigerada crise que agora tudo explica e justifica. Não é verdade, e tanto não é verdade que existem muitos municípios que, face à crise, não se encontram nesta

situação pela simples razão de que foram sempre conscienciosos e rigorosos no uso dos dinheiros públicos, o que não aconteceu em Lamego nos últimos anos;

3º Sendo, portanto, certo que a atual situação de endividamento não decorre “naturalmente” da crise que vivemos, como é expresso na introdução deste documento, mas decorre, “anormalmente”, da falta de rigor e de prudência na gestão municipal. Ou seja, ao contrário do que se diz no documento, foram os maus e inadequados investimentos, acompanhados por contratualizações públicas ruinosas e por empréstimos bancários sobre empréstimos bancários, verdadeiramente suicidários, que nos fizeram chegar a este ponto. A crise apenas veio antecipar e, certamente, agravar, um mal que já existia e que teria este desfecho, fosse em que circunstâncias fossem;

4º Portanto, o Partido Socialista, quer aqui afirmar solenemente, que os responsáveis por esta situação caótica das finanças municipais se devem, exclusivamente, à coligação que nos tem governado desde finais de 2005 até à atualidade. Não contribuímos para o problema e, portanto, não vamos deixar que branqueiem a vossa responsabilidade com a nossa complacência;

5º Para não perdermos muito tempo com análises mais detalhadas que ninguém, depois, vai ler, expressamos aqui a dureza da realidade que este plano nos propõe:

- a) Um empréstimo de 12.3 milhões de euros (PAEL), a que vai corresponder um serviço anual da dívida de 1.687 m € até 2026;*
- b) Um empréstimo de 4 milhões de euros (SF), a que vai corresponder um serviço anual da dívida de 504 m €, até 2024;*
- c) A que devemos somar os já existentes empréstimos no montante de 14.3 milhões, com datas variáveis de conclusão;*

Ou seja, é bom que as pessoas percebam, que este plano vai colocar o município de Lamego com uma dívida bancária global de 30.6 milhões de euros, duplicando o serviço anual da dívida, que passa dos atuais cerca de 1.6 m € para 3.3 m €. Se atualmente já nos vemos em enormes dificuldades para honrar este serviço da dívida, é fácil adivinhar o que nos vai acontecer...

6º Colocadas assim as questões, facilmente perceberemos que o município de Lamego não terá quaisquer possibilidades de sustentabilidade se não for gerida

Presidente

Secretário

com enorme rigor e austeridade, já que todos sabemos as dificuldades que existem em gerir politicamente uma estrutura municipal, sobretudo depois que foi habituando determinados sectores da despesa a agir sem limites ou condicionantes;

7º Como não percebemos também que, no esforço previsional para resolução da dívida agora firmada, todos os sectores se vejam constrangidos a reduções, ora pela via da manutenção de valores que todos os anos deveriam ser ajustados, como pela via mais dura da redução sectorial da despesa, menos uma – a única exceção que parece ser imune à crise que esta coligação criou em Lamego – trata-se das transferências para a empresa pública Lamego Convida que se mantém integralmente, o que nos parece ser verdadeiramente obscuro;

8º Em tudo o mais que se poderia dizer aqui, sobre este documento, fixamo-nos apenas nestas breves linhas orientadoras do nosso pensamento sobre a presente proposta. Ela é inevitável, como aliás temos vindo a afirmar ao longo dos últimos dois a três anos e demonstra completamente a todos os lamecenses que o Partido Socialista estava cheio de razão quando chamava a atenção para os desvarios gestionários que foram sendo produzidos até hoje.

Preocupa-nos ainda, que depois de se proceder aos pagamentos em atraso aos fornecedores, este executivo continue a aumentar indecorosamente a dívida pública municipal. Preocupa-nos também, a disposição aqui manifestada de iniciar obras desnecessárias e até contraproducentes, como a que se refere no mapa dos investimentos QREN, do designado Eixo Barroco. Finalizar obras já iniciadas, parece que o bom senso o aconselharia, mas aproveitar esta oportunidade e este novo fôlego que nos dão para voltarmos à irresponsabilidade, é que já nos parece ser demasiado mau, para ser verdade;

9º A que acresce o facto de o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego ter prometido, e está lavrado em ata, que não avançaria com as obras do designado Eixo Barroco sem fazer um teste à eficácia da solução rodoviária que implica, mas que aqui, neste documento, a inscreve de novo para execução, sem que se vislumbre qualquer intenção de proceder a tal ensaio. Esta obra será inoportuna, por desnecessária; transformará o nosso centro histórico em mais um centro igual a tantos outros, substituindo assim a singularidade pela semelhança

Presidente

Secretário

com tantos outros que pululam pelas cidades deste país, em contributo nefasto para a destruição de uma das nossas mais marcantes imagens turísticas e patrimoniais.

Enfim... Espero que os lamecenses se indignem publicamente e obstruam tais intenções, como fizeram aquando do processo do Jardim da República!

10º Tudo isto, e muito mais que poderíamos aduzir a desfavor desta gestão, aliada sobretudo à natural e legítima desconfiança que temos sobre os resultados que advirão deste “balão de oxigénio” que agora beneficia Lamego mas que daqui a 4 anos se traduzirá numa verdadeira tragédia municipal, a nossa posição seria, evidentemente, a de votar contra, porque não acreditamos que este executivo consiga agora ter uma postura de maior rigor na gestão das contas públicas. Se o não fez até este momento, por razões que facilmente se percebem, de populismo e demagogia à custa dos dinheiros de todos, certamente que não é agora, com tais benefícios e às portas de novas eleições autárquicas que o irão fazer...

Mas depois... vemos a listagem dos fornecedores para com quem esta Câmara tem sido madrasta, não pagando o que deve em tempo oportuno e devido, fazendo perigar a vida das empresas e das pessoas fornecedoras de bens e serviços ao Município de Lamego, e todos percebemos que, com este plano, estes fornecedores terão os seus créditos resolvidos e essa constatação obriga-nos a ser um pouco mais complacentes com este plano, ainda que não perdoando a irresponsabilidade desta coligação. Apenas e tão-somente pelo respeito que nos merecem os fornecedores, optamos pela abstenção.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao senhor Vereador Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, informou o seguinte: “A portaria 281-A/2012 foi publicada na sexta-feira, dia 14 de setembro ou seja há uma semana atrás. O Plano de Saneamento Financeiro foi trabalhado pelos serviços da DFP, pelo Dr. Paulo Correia da Lamego Convida e pelo revisor oficial de contas Dr. Martins da Cunha. A versão preliminar do documento ficou concluída no dia 18 de setembro (terça-feira), e a versão revista ficou finalizada no dia a seguir (dia 19), sendo nesse mesmo dia enviado por correio eletrónico para o Dr. Agostinho Ribeiro. Nem o Município poderia ser mais célere na elaboração deste documento tão complexo, nem poderia

Presidente

Secretário

ser mais disponível na imediata disponibilização de toda a informação ao senhor Vereador Dr. Agostinho Ribeiro.

A gestão deste executivo já foi avaliada pelos lamecenses nas últimas eleições autárquicas, não se justificando voltar a discutir a oportunidade, premência ou prioridade dos investimentos efetuados. O Dr. Agostinho faz agora a comparação da situação financeira do Município de Lamego com outros municípios. É evidente que nem todos os municípios estão na mesma situação financeira, mas também é evidente que nem todos os municípios tiveram a mesma gestão ao longo dos anos e por isso os executivos que os geriram não partiram da mesma situação de base. Houve municípios que sempre cumpriram a sua função, que fizeram os investimentos que em cada momento se revelaram necessários ao desenvolvimento do seu concelho e, em oposição, houve outros municípios não o fizeram, não cumprindo as suas obrigações mínimas durante mais de década e meia. O município de Lamego, está nesta última situação. Durante os mandatos socialistas, não fez um aproveitamento capaz dessas possibilidades de investimento, não resolveu os problemas que a cada momento se verificaram no concelho, não planeou o desenvolvimento do concelho com vista à fixação da população, ao aproveitamento das potencialidades endógenas, à dinamização da economia local e ao progresso social e cultural da sua população. Esta situação levou a que, quando o meu primeiro executivo tomou posse, em 31 de Outubro de 2005, houvesse a necessidade de um reforço imenso de investimentos, para que Lamego pudesse recuperar do atraso infraestrutural em que se encontrava. Reconheço que o volume de investimento que se fez foi muito elevado e concentrado num curto período de tempo, o que logicamente se repercutiu na situação financeira do município.

Mas, tem que se dizer, a situação financeira do município seria muito diferente, para melhor, se não se tivessem alterado as premissas em que este plano assentou e que se traduziu na impossibilidade de continuar a aceder a crédito bancário e a juros baixos, na redução das transferências do estado para os municípios, na crise económica que redundou na redução das receitas próprias do município, especialmente com a crise da indústria da construção e do imobiliário. Estas fontes de financiamento desapareceram ou foram fortemente afetadas pela ação

catastrófica de um governo do Partido Socialista que destruiu o país e nos colocou à beira da bancarrota. Mas também o próprio resultado da política de investimentos seguida contribuiu para o aumento do endividamento ao criar equipamentos públicos, indispensáveis à qualidade de vida da população, mas que representam um incremento da despesa corrente do município.

Esclarecendo a situação financeira atual e comparando-a com a situação encontrada, aquando da chegada ao Município de Lamego da Coligação PSD/CDS em 2005, e fazendo o paralelismo entre as condições gerais da economia nesse momento e no atual (e pelo menos depois de 2008) encontramos a seguinte situação: o Município de Lamego tinha um passivo de cerca de 12 milhões de euros, que se traduzia em 5 milhões de euros em empréstimos bancários, 5 milhões de euros de dívidas a fornecedores devidamente reconhecidas e 2 milhões de euros na “gaveta”, valores estes que foram apurados na auditoria financeira então realizada. Em 2011, e como referiu o Dr. Agostinho Ribeiro, o passivo do Município de Lamego era de 30,6 milhões de euros, o que significa que temos uma evolução de 18,6 milhões de euros.

Agora analisemos a execução orçamental do Município de Lamego entre 2005 e 2011: Em 2005 tínhamos 17 milhões de execução orçamental. Considerando este um valor médio de execução, nos 6 anos seguintes os executivos da coligação juntaram mais 36 milhões de euros. Se subtrairmos, a este valor, os 18,6 milhões de euros, dá-nos 16,4 milhões de euros de investimento a mais, executado sem recuso ao crédito, ou seja essencialmente fundos comunitários que foram investidos em Lamego. Agora aos 18,6 milhões de euros de aumento da dívida, subtraia-se os 4,3 milhões de euros da dívida às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro SA. Recordo que apesar da adesão ao sistema da ATMAD se ter dado em 2001, só em 2007 é que começou o fornecimento de água, tendo aumentado brutalmente os custos do município para mesma receita. Teríamos um endividamento acrescido de 14,3 milhões de euros. Continuemos o exercício e vamos subtrair a este valor os custos de funcionamento e manutenção das Piscinas Municipais, do Teatro Ribeiro Conceição, da habitação social, dos centros escolares que entretanto construímos e dos programas de apoio social e outros que levamos a cabo e que, vamos estimar “por baixo” avaliamos em 1 milhão de euros

Presidente

Secretário

por ano, o que corresponde a 6 milhões, entre 2006 e 2011, resultando um endividamento de 8,3 milhões de euros. Resultado deste exercício simples mostra que, nestes 6 anos, para as mesmas condições, o Município de Lamego aumentou a dívida em apenas cerca de 9 milhões de euros, em consequência do visível investimento realizado, enquanto os executivos socialistas geraram uma dívida de 12 milhões de euros sem nada de relevante e visível terem feito. E esses 12 milhões de euros de dívida, o atual executivo ainda a pagou parcialmente essa dívida.

Com uma gestão de rigor e austeridade, recuperou-se a infraestruturação e os equipamentos necessários para este município, com recurso a receitas essencialmente provenientes de fundos comunitários. Houve uma redução efetiva de pessoal, embora tenha aumentado a despesa global, com a passagem obrigatória por lei dos contratos a termo, contratos precários, avenças e recibos verdes, que foram convertidos em contratos de trabalho a tempo indeterminado.

O aumento real de endividamento foi muito mais produtivo do que aquele que foi provocado pelos executivos do Partido Socialista que nos antecederam.

Quanto à questão da Lamego Convida, não é verdade aquilo que o Dr. Agostinho Ribeiro afirma, porque as transferências previstas no Plano de Saneamento Financeiro para a Lamego Convida, são as mesmas que constam no Contrato Programa, que foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, e não poderia ser de outra forma. Mas isso não significa que a Lamego Convida não esteja a acompanhar as medidas de austeridade impostas ao Município de Lamego e à população em geral. Está a fazê-lo e um bom exemplo disso foi o facto de, em 2011, a Lamego Convida ter devolvido ao Município de Lamego 300 mil euros que tinha recebido e que não foram utilizados. Esses 300 mil euros foram pelo município para amortizar um empréstimo de curto prazo contraído junto da CGD e que tinha que ser pago até 31 de Dezembro.

No plano de saneamento financeiro não está previsto o aumento de dívida ou a contratação de novos empréstimos. Está previsto que a dívida a fornecedores seja convertida em dívida a médio/longo prazo. Estima-se que a dívida a fornecedores seja, em permanência, à volta do 1 e 1,1 milhões, ou seja, algo inferior ao volume de pagamentos efetuados mensalmente.

Presidente

Secretário

Ainda assim, está prevista a execução nos próximos anos de 16 milhões de euros de obra financiada por fundos comunitários, na qual está incluída a conclusão da regeneração urbana do Castelo e do Largo da Feira e a obra do Eixo Barroco, obra fundamental para o verdadeiro aproveitamento da singularidade deste espaço como elemento da afirmação turística e cultural de Lamego e a preservação da monumentalidade da Cidade de Lamego. É mais do que evidente que a singularidade deste espaço e a sua monumentalidade não está nos cubos de granito ou no asfalto que pavimenta as ruas e avenidas.

De acordo com o PAEL o Município de Lamego ficará com 1 milhão de euros de folga para reforço de aquisição de bens e serviços e transferências para outras instituições.

Os fornecedores continuam a ser genericamente os mesmos que em 2005. Liquidámos cerca de 7 milhões de euros e dívida e criamos novas dívidas que resultaram das dezenas de milhões de investimentos que dizemos e que liquidámos parcialmente e que irá ser completamente liquidado com este programa, dando um contributo inestimável para a economia local e nacional.

O importante é que todos estes investimentos foram benéficos para o concelho de Lamego e para os seus destinatários, as empresas e os cidadãos.”

O senhor Vereador **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** informou que os investimentos não se medem pela quantidade mas sim pela qualidade.

Os impostos diretos têm descido e isso é que mostra que os investimentos não foram proveitosos para o município

O senhor Vereador **Jorge Guedes Osório Augusto** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Não concordo com as afirmações do Sr. Vereador Dr. Agostinho Ribeiro, quando afirma que a necessidade deste Plano Financeiro, resulta de uma má gestão do Executivo da Coligação PSD/CDS.*

A ação que os Executivos sob a presidência do Sr. Eng. Francisco Lopes têm vindo a desenvolver desde 2005, traduziram-se no investimento de várias infra estruturas públicas necessárias ao desenvolvimento do Município de Lamego e à melhoria de qualidade de vida dos seus habitantes, recuperando dessa forma o investimento de que há muito o Município carecia.

Presidente

Secretário

Basta recordar algumas obras efetuadas nas áreas rodoviárias, equipamentos de desporto e lazer, estabelecimentos escolares, bem como o apoio a obras sociais, para se perceber o enorme atraso em que nos encontrávamos e a necessidade de executar de forma mais intensa algumas dessas obras de forma a não perdermos os apoios comunitários que estavam disponibilizados.

Resulta assim que os investimentos realizados foram estratégicos, asseguraram a manutenção da população do nosso Município e criaram condições para uma estabilidade em algumas áreas da nossa economia regional numa época em que as condições de desenvolvimento económico são de extrema dificuldade, como todos sabemos.

Como já referido pelo Sr. Presidente, há que ter em conta um abaixamento significativo das receitas provenientes do sector imobiliário, que teve reflexos fortes no orçamento municipal.

O Plano agora aprovado vai no sentido de aproveitar as condições mais favoráveis colocadas à disposição pelo Governo, de forma a podermos regularizar os compromissos com os nossos fornecedores, tendo em conta as enormes restrições de acesso ao crédito bancário e que são do conhecimento geral.”

15-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

16-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às treze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, Luís Carlos Pereira da Silva.

O Presidente,

O Secretário